



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

HOSPITAL

Correio de Sergipe - 04/05/2016

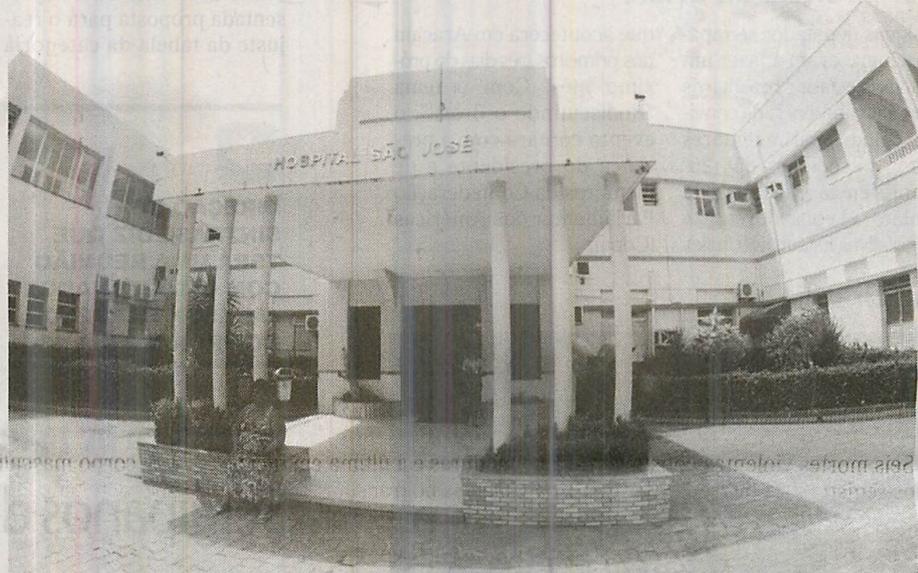
'São José' volta a atender os segurados do Ipesaúde

LINDIVALDO RIBEIRO/CS

Aline Bittencourt

Os segurados do Ipesaúde finalmente voltaram a contar com o atendimento no Hospital São José, em Aracaju, desde o final da tarde dessa terça-feira, 3, após uma semana de suspensão dos serviços para o plano por conta de dívidas. A retomada dos serviços se deu após a promessa da autarquia em pagar R\$300 mil ao hospital até hoje, 4, e os outros R\$ 1,2 milhão até o próximo dia 12. Segundo o São José, o débito por parte do Ipesaúde seria de R\$7 milhões. O plano reconhece apenas pouco mais de R\$2 mi.

Para resolver a questão, o promotor de justiça do Ministério Público Estadual (MPE), Antônio Forte, em audiência realizada ontem, estabeleceu prazo de 20 dias para que técnicos do Ipesaúde e do hospital realizem um acerto de contas para se chegar a um valor único. "Dívida vai ser levantada através de um acerto de contas. O próprio Ipes vai mandar um técnico para o setor contábil do São José, para levantar o valor devido", diz o promotor.



Retomada do atendimento no Hospital São José se deu após a promessa do Ipes em pagar dívida

Diante da promessa do pagamento das dívidas, o hospital também garantiu a continuidade do atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

• Encurtando o prazo

Além do débito do Ipesaúde, o também promotor de justiça, Fábio Vegas, cita a dívida de R\$2

milhões por parte da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA). De acordo com a Secretaria da Saúde do Município (SMS), já foram repassados R\$ 786 mil, além disso, a SMS reforça o compromisso em completar o pagamento até o final do mês.

Porém, o promotor Fábio diz que, "a gente queria que fosse

um prazo mais aproximado e convidamos o secretário para vir nesta quarta, 4, para tratar dessa dívida com o São José". Vegas explica que "dos R\$2 milhões, R\$1 mi seria um repasse a ser feito pelo Estado através de um cofinanciamento e o outro R\$1 mi é do próprio município", finaliza.